



RELATÓRIO DE GESTÃO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

2018 — 2019





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Desembargador Manoel de Queiroz Pereira Calças

Presidente

CONSELHO SUPERIOR DA MAGISTRATURA

Biênio 2018 – 2019

Presidente

Desembargador Manoel de Queiroz Pereira Calças

Vice-Presidente

Desembargador Artur Marques da Silva Filho

Corregedor Geral da Justiça

Desembargador Geraldo Francisco Pinheiro Franco

Decano

Desembargador José Carlos Gonçalves Xavier de Aquino

Presidente da Seção de Direito Público

Desembargador Getúlio Evaristo dos Santos Neto

Presidente da Seção de Direito Privado

Desembargador Gastão Toledo de Campos Mello Filho

Presidente da Seção de Direito Criminal

Desembargador Fernando Antonio Torres Garcia



Relatório de Gestão

2018 - 2019

Missão

Resolver conflitos da sociedade, no âmbito de sua competência, para preservação dos direitos, por meio do julgamento de processos ou de métodos adequados

Visão

Ser reconhecido nacionalmente como um Tribunal moderno, célere e tecnicamente diferenciado, tornando-se um instrumento efetivo de Justiça, Equidade e Paz Social

Valores

Legalidade
Impessoalidade
Moralidade
Publicidade
Eficiência



Apresentação

O Tribunal de Justiça de São Paulo é reconhecido pelo comprometimento de seus magistrados e servidores e pela qualidade de suas decisões. Os custos de infraestrutura e o número de processos em andamento, além dos distribuídos, impressionam. Para fazer frente aos grandes desafios, a gestão focou na racionalização dos gastos, com atenção à produtividade e à eficiência, sempre tendo em vista o jurisdicionado como destinatário final.

Embasados nessa premissa e orientados pela ética, procurou-se atuar em diversas frentes, promovendo renegociações, rescisões de contratos e uma ampla reforma administrativa que resultou em economia substancial. Foram também adotadas medidas para ampliar receitas e evitar perdas, inclusive com o Banco do Brasil, sem descuidar a disciplina das garantias necessárias para preservar a idoneidade dos depósitos judiciais em face da Emenda Constitucional 99/17.

Simultaneamente à missão institucional de pacificar a sociedade pelo exercício da jurisdição e por métodos alternativos de solução de conflitos, a Presidência participou ativamente na aprovação de leis, inovando a organização judiciária e propondo a regionalização como alternativa para a melhoria do serviço público, em prol da coletividade.

Ações voltadas à valorização do servidor foram adotadas, com ampliação de cursos de capacitação e convênios com instituições acadêmicas. Malgrado as limitações orçamentárias e a necessidade de observar a Lei de Responsabilidade Fiscal, foram asseguradas posses e nomeações, tanto para o Primeiro quanto para o Segundo Grau.

Com a convicção de que estamos no caminho certo, o presente Relatório de Gestão foi elaborado a partir dos dados do Judiciário Bandeirante ao final do biênio, em cumprimento ao compromisso de transparência e ao dever de prestar contas à sociedade.

Manoel de Queiroz Pereira Calças

Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo

Sumário

FINANÇAS E ORÇAMENTO	9
PRINCIPAIS DESAFIOS	10
ÍNDICE DE COMPROMETIMENTO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA COM GASTO DE PESSOAL	10
NOVAS FONTES DE RECEITA	14
■ TAXA DE DESARQUIVAMENTO	14
■ TAXA JUDICIÁRIA	14
■ PORTARIA Nº 9.598/18	14
■ CREDENCIAMENTO DA FOLHA DE PAGAMENTO	14
■ REMUNERAÇÃO PELO USO DE ESPAÇOS DOS FÓRUNS E PRÉDIOS ADMINISTRATIVOS PELOS	
BANCOS	15
■ RATEIO DE DESPESAS DE CONSUMO PREDIAL	15
■ DEPÓSITOS JUDICIAIS	16
	17
ECONOMICIDADE E GESTÃO	17
REESTRUTURAÇÕES ADMINISTRATIVAS	18
■ REESTRUTURAÇÃO GERAL NO INÍCIO DE 2018	18
■ REESTRUTURAÇÃO DOS CARTÓRIOS DISTRIBUIDORES DO ESTADO DE SÃO PAULO	18
■ REESTRUTURAÇÃO DA SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – STI	18
RENEGOCIAÇÃO DE CONTRATOS DE LOCAÇÃO E DEVOLUÇÃO DE IMÓVEIS	21
CARTÃO-COMBUSTÍVEL	22
APLICATIVO TÁXI-TJSP	23
PROJETO REOCUPAÇÃO – COMPLEXO IPIRANGA	23
DESMOBILIZAÇÃO DO ACERVO	25
RENOVAÇÃO DE FROTA	25
LEILÃO E ALIENAÇÃO DE INSERVÍVEIS	26

TORRES: ALVARÁ E REGULARIZAÇÃO DA MATRÍCULA	27
OBRAS E MANUTENÇÕES PREDIAIS	28
PROJETO EFICIÊNCIA EM GESTÃO COM FOCO EM RESULTADOS	29
MUDANÇAS E OCUPAÇÕES PREDIAIS	30
CONTRATO DE APOIO TÉCNICO E FISCALIZAÇÃO	32
EXTINÇÃO DE CARGOS DE OFICIAIS DE JUSTIÇA	32
<u>ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA</u>	<u>33</u>
CRIAÇÃO DE VARAS REGIONAIS E DE CIRCUNSCRIÇÃO	34
UNIDADE REMOTA DE JULGAMENTO – URJ	34
CRIAÇÃO DE TURMAS RECURSAIS E CARGOS DE JUIZ SUBSTITUTO EM SEGUNDO GRAU	35
INSTALAÇÃO DE ANEXOS E VARAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER	35
UPEFAZ	36
VARAS INSTALADAS	36
<u>MAGISTRADOS E SERVIDORES</u>	<u>37</u>
PAGAMENTOS DE INDENIZAÇÕES A MAGISTRADOS E SERVIDORES	38
ACESSIBILIDADE	38
DIGITALIZAÇÃO DE PRONTUÁRIOS	39
DESENVOLVIMENTO DO PORTAL DA MAGISTRATURA	39
AÇÕES VOLTADAS A SERVIDORES	40
■ PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO – SGP	40
■ CAPACITAÇÃO	40
■ LOTAÇÃO PARADIGMA	40
SISTEMA COMPLETO DE GOVERNANÇA E GESTÃO DE PESSOAS	41
MÓDULOS INFORMATIZADOS DE CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO JUDICIÁRIA E DE	
INCORPORAÇÃO DE DÉCIMOS	42
SAÚDE	42
NÚMEROS	42

TECNOLOGIA E SEGURANÇA	43
<hr/>	
IMPLANTAÇÃO DO SIM – SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO	44
NOVA PLATAFORMA DE JUSTIÇA DIGITAL – LEX	45
OFFICE 365	47
■ TELEAUDIÊNCIAS	47
■ NOVA INTRANET	47
NUVEM PÚBLICA	48
■ JUDI – ASSISTENTE VIRTUAL DO TJ	49
HARDWARES E ACESSÓRIOS	49
AUTOMAÇÃO/INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	50
SAJ – SISTEMA DE AUTOMAÇÃO DA JUSTIÇA	50
■ SAJ – JUDICIAL	51
■ SAJ-ADM – SISTEMAS ADMINISTRATIVOS – 100% DIGITAL	51
LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD	52
ASSUNTOS JURISDICIONAIS	53
<hr/>	



Finanças e Orçamento

PRINCIPAIS DESAFIOS

Desde o início do biênio de 2018/2019, a Presidência enfrentou inúmeros desafios relacionados ao equilíbrio orçamentário e financeiro do TJSP:

- **Emenda Constitucional nº 99/17**, que entrou em vigor em 15 de dezembro de 2017;
- **Pleito do Banco do Brasil, em 2018, de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de gerenciamento de depósitos judiciais;**
- **Redução da Receita Corrente Líquida do Estado, em razão da crise econômica que assola o Brasil;**
- **Atingimento do Limite Prudencial do Índice de Comprometimento de Gastos Pessoais previsto na LRF;**
- **Negociação do novo contrato de gerenciamento de depósitos judiciais em 2019.**

A Presidência adotou as seguintes medidas para enfrentar cada um desses desafios e mitigar seus impactos nas finanças/orçamento do Tribunal.

ÍNDICE DE COMPROMETIMENTO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA COM GASTO DE PESSOAL

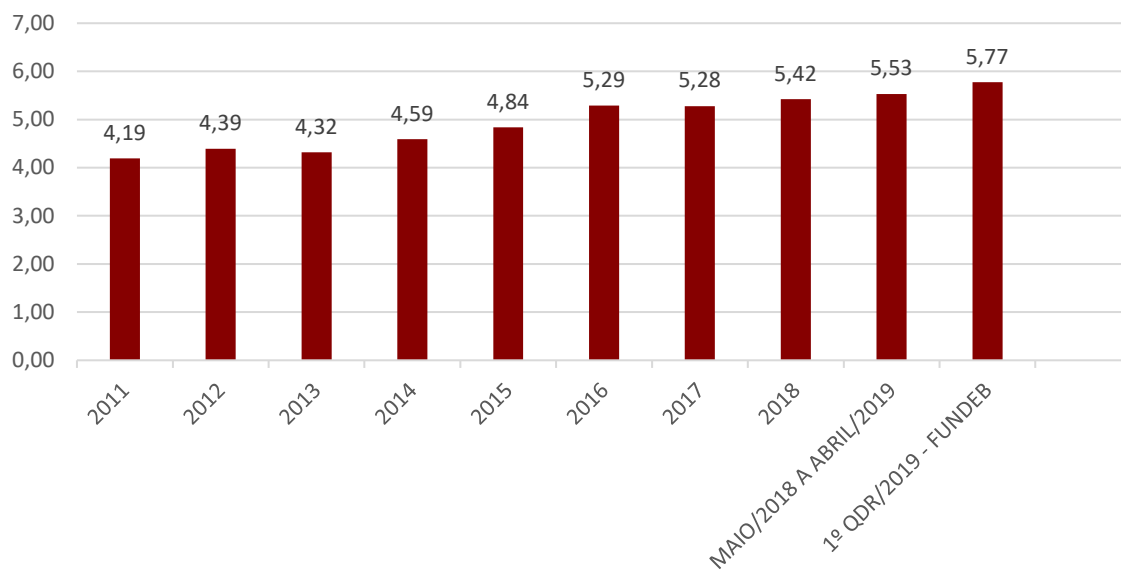
A LRF impõe um limite de gasto com despesa com pessoal definido pela aplicação de percentual sobre as receitas correntes líquidas do Estado (no caso do TJSP é 5,95%), nos termos dos artigos 19 e 20, II, da Lei Complementar nº 101/00 (Lei de Responsabilidade Fiscal). Esse índice depende diretamente da arrecadação do Estado (receita) e, conseqüentemente, da situação da economia (quanto pior, menor a receita).

O TJSP iniciou o ano de 2018 com comprometimento de despesas x receitas líquidas em 5,42% – ou seja, acima do limite de alerta estipulado pela LRF.

No entanto, diante da expectativa de queda de receita do Estado, já se aventava a possibilidade de que ao longo de 2018 se atingisse o limite prudencial (acima de 5,65) – como, de fato, ocorreu. Por esse motivo, para evitar que se superasse o limite prudencial (com sujeição do TJSP a medidas duras, que poderiam, em última análise, implicar a demissão servidores não estáveis), a Presidência foi extremamente criteriosa ao dar posse a novos funcionários, sempre atenta aos limites da RCL da LRF.

Para agravar a situação, em meados de 2019, o Tribunal de Contas do Estado – TCE alterou critério de cálculo da RCL, retirando de sua base de cálculo os valores devidos ao Estado de São Paulo em razão do Fundeb. Como consequência, o índice de comprometimento do TJSP que estava em **5,53%** (**Relatório de Gestão Fiscal do 1º quadrimestre de 2019**, publicado no DJE de 30/5/19), passou, de um dia para o outro, a ser de **5,77%** (em 24/6/19), **ou seja, acima do limite prudencial**. Abaixo, quadro evolutivo do comprometimento da RCL:

Comprometimento Despesa Liquida x RCL %



Considerando a perspectiva, no início de 2018, de agravamento do comprometimento da RCL, em razão da queda de receitas do Estado, diversas medidas de otimização de gastos com pessoal foram adotadas.

Assim, por exemplo, **medidas de redução das horas extras realizadas**, adotando-se o horário de descanso noturno programado, bem como permitindo-se apenas que serviços imprescindíveis realizassem horas extras remuneradas. Com isso, **reduziu-se em R\$ 5 milhões o impacto orçamentário**, e, além disso, o Tribunal adotou **medidas**

diferenciadas para a realização de horas credoras e formação de banco de horas, também reduzindo, com isso, o impacto de formação de banco de horas dentro da instituição.

Importante destacar que alguns aumentos que elevaram as despesas de pessoal do Tribunal em 2018 foram definidos em legislação ou em normativos anteriores. Assim, por exemplo, a elevação a nível superior dos oficiais de justiça, categoria concursada como nível médio, pela LC nº 1.273/15, resultou no impacto orçamentário de cerca de R\$ 410 milhões. Apenas nos quatro meses finais de implantação do nível superior, em 2018, foi realizada despesa de cerca de R\$ 90 milhões, e, para 2019, aproximadamente de R\$ 320 milhões.

Grandes esforços também foram necessários para absorver a criação de 2.420 cargos de assistentes judiciários de magistrados no 1º Grau (Lei Estadual nº 16.393/17), cujo impacto orçamentário foi o acréscimo de R\$ 178 milhões em 2018 e de R\$ 200 milhões em 2019. Os servidores empossados em 2018 e 2019 foram destinados quase integralmente para reposição de nomeações desses assistentes.

Em 2018/2019 ocorreram aproximadamente 3.500 vacâncias. No mesmo período, foram nomeados aproximadamente 1.320 servidores. Não foram repostos, portanto, mais de 2.150 servidores.

Como consequência dessa estratégia, encerraremos 2019 com menos de 41 mil servidores ativos – número mais baixo na série histórica do Tribunal, desde a unificação com os Tribunais de Alçada. O menor número anteriormente registrado foi de 42.686 servidores ativos, em 2012, passando em 2013 a 44.517 servidores ativos.

Se as medidas supra não tivessem sido adotadas, sobretudo no âmbito da Secretaria de Gestão de Pessoas (**redução/contenção dos gastos com pessoal com a folha de ativos na ordem de R\$ 300.000.000,00**), o índice de comprometimento do TJSP estaria em **5,96%** em abril/19 – **excedendo ao limite máximo da LRF e, portanto, podendo sujeitar o Tribunal a medidas legais mais severas.**

1º quadrimestre		Maio/18 a abril/19
A	Despesa Líquida acumulada últimos 12 meses	9.211.623.409,57
B	Receita Corrente Líquida acumulada últimos 12 meses ¹	154.507.810.451,40
C	(A/B x 100) Comprometimento da Receita	5,96
Alerta 5,355% / Prudencial 5,65% / Máximo 5,95%		

Caso em 2020 haja melhora da economia brasileira, é provável que ocorra aumento de receitas do Estado e, conseqüentemente, incremento da base de cálculo do índice de comprometimento da RCL, reduzindo impacto da exclusão de 50% do Fundeb.



NOVAS FONTES DE RECEITA

■ TAXA DE DESARQUIVAMENTO

Aprovação da **Lei nº 16.897/18**, que regulamentou a cobrança de taxa pelo desarquivamento de processos físicos e digitais.

■ TAXA JUDICIÁRIA

Aprovação da **Lei nº 16.788/18**, que elevou o repasse da taxa judiciária de 30% para 60%.

■ PORTARIA Nº 9.598/18

Previu (1) contrapartida dos depósitos judiciais em Fundos Garantidores em 0,0875% (o que não ocorria) e (2) remuneração ao TJSP entre o diferencial da poupança pago aos depositantes e o valor da SELIC para depósitos nos fundos da EC 99/17 – agosto/18.

■ CREDENCIAMENTO DA FOLHA DE PAGAMENTO

Foi adotada, de forma inovadora, nova sistemática para administração dos serviços relativos ao processamento de folha de pagamento.

Após estudos, ao invés de adotar modelo tradicional, mediante contratação de uma única instituição financeira, a Presidência optou por modelo diverso, que permite a participação de todos os bancos interessados, estimulando a concorrência entre eles. A forma de credenciamento permitiu a obtenção de melhores condições ao Tribunal, que conseguiu negociar a prestação de serviços bancários envolvendo sua folha de pagamento em 1% do seu valor, ao passo que, em contratações semelhantes, com uma única instituição financeira, outros órgãos públicos obtiveram apenas 0,6%. Foi o maior contrato deste tipo já firmado pelo TJSP.

A maior concorrência entre os bancos credenciados beneficiou diretamente servidores e magistrados do TJSP, que tiveram a oportunidade de renegociar eventuais dívidas e financiamentos, obtendo excelentes condições. Além disso, puderam escolher a entidade bancária, entre as que se credenciaram (Banco do Brasil, Bradesco e Santander), para receber seus vencimentos.



■ REMUNERAÇÃO PELO USO DE ESPAÇOS DOS FÓRUNS E PRÉDIOS ADMINISTRATIVOS PELOS BANCOS

Outro aspecto positivo do modelo do credenciamento da folha de pagamento é que a ocupação dos espaços dos fóruns ganhou importância estratégica, na medida em que consiste em maior comodidade aos servidores e magistrados que trabalham na localidade. Consequentemente, foi possível a licitação do seu uso, obtendo, também, dos bancos credenciados aluguel pelos espaços antes ocupados gratuitamente. A **Portaria nº 9.792/19** disciplina a cessão de uso de espaços bancários. Já houve a licitação de espaços do prédio da Patriarca, na Barra Funda e no Palácio da Justiça. Estão em andamento as licitações dos demais espaços.

■ RATEIO DE DESPESAS DE CONSUMO PREDIAL

Nesta gestão foi criado o **sistema de controle de cálculo**, com cobrança automatizada para **rateio de custo** de acordo com a ocupação atual de espaços das dependências do TJSP por salas de apoio da Defensoria Pública do Estado, do Ministério Público, OAB, e outros convênios celebrados com esta Corte de Justiça.

A metodologia empregada tem como referência a base de cálculo das áreas ocupadas por cada Órgão/Instituição (m²), o que facilitará ações operacionais. Além dos consumos de água e energia elétrica, teremos também a proporção de ocupação nos contratos de limpeza, segurança terceirizada e manutenção de ar condicionado central.

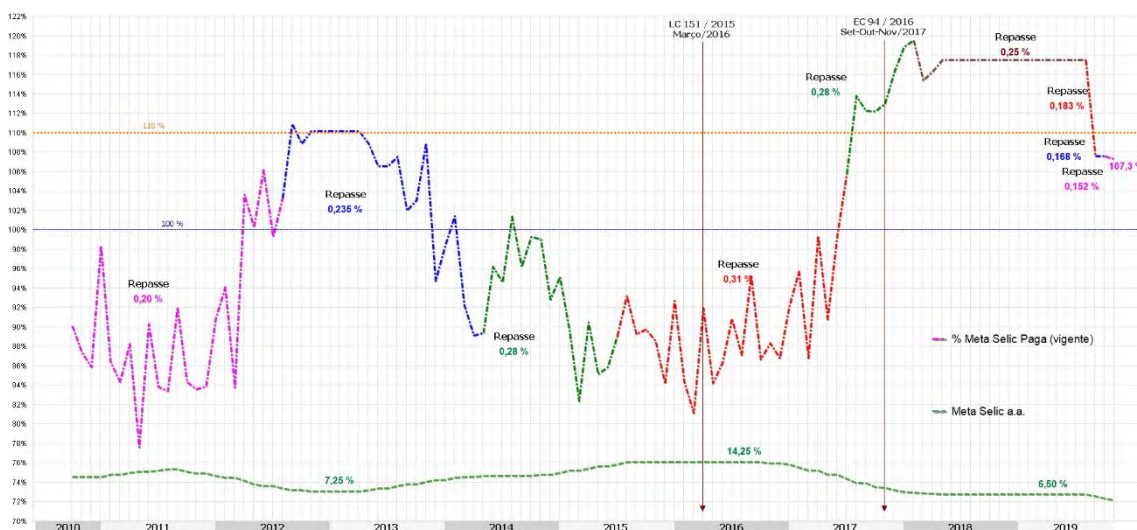
Estima-se receita de **R\$ 51 milhões** nos próximos cinco anos, advinda do rateio de despesas de consumo e contratos prediais nos moldes estabelecidos.

■ DEPÓSITOS JUDICIAIS

O Banco do Brasil solicitou em 2017 o reequilíbrio econômico financeiro do contrato de gerenciamento de depósitos judiciais em razão da abrupta queda da taxa Selic, o qual foi acolhido em 2018 em percentual mínimo, tendo-se assegurado a remuneração de fundos garantidores. Em razão do término do contrato em agosto (nº 147/14) e impossibilidade de sua renovação, o banco apresentou, no início de 2019, proposta para nova contratação, com modelo de remuneração variável conforme taxa Selic, definindo-a em um percentual desta.

Durante as negociações e em razão do impasse, o TJSP postulou ao CNJ a reforma de sua decisão anterior, no Pedido de Providências nº 0004420-14.2019.2.00.0000, obtendo por maioria de 12 votos a mudança do entendimento que impedia a participação de bancos privados em licitação para administração de depósitos judiciais, tornando viável a instauração de concorrência em um mercado praticamente monopolizado.

Houve assinatura de novo contrato com o Banco do Brasil, prevendo como referência da remuneração o valor médio de 102,5% da taxa Meta Selic. Foi feito estudo indicando que o valor médio no contrato anterior correspondeu a 101,5% da taxa Meta Selic. Essa situação apenas se inverteu de forma acelerada e acentuada em meados de 2017, no momento em que foi feito pedido de reequilíbrio do contrato. Abaixo, a evolução do valor da contraprestação paga ao TJSP ao longo dos anos. A linha verde indica o valor da Selic paga ao longo dos anos e a linha azul reta indica a referência de 100% da Taxa Meta Selic. Interessante verificar que quando a contrapartida fixa esteve no valor de 0,31%, esse montante representava cerca de 0,8% da taxa Meta Selic.



A hand holding a globe with human icons. The background is a blurred image of a hand holding a globe. Overlaid on this are several white icons of human figures, some male and some female, scattered across the scene. A dark grey horizontal bar is positioned across the middle, containing the text 'Economicidade e Gestão'.

Economicidade e Gestão

REESTRUTURAÇÕES ADMINISTRATIVAS

■ REESTRUTURAÇÃO GERAL NO INÍCIO DE 2018

A **Portaria nº 9.534/18** disciplinou a reestruturação administrativa. As 12 secretarias então existentes foram reduzidas para 8, com fusão das antigas Secretarias de Administração e da de Abastecimento em uma única secretaria (SAAB), e das antigas SPRH e SGRH na Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP), além de conversão em diretoria da antiga Secretaria de Planejamento, com redução de muitos cargos de chefia. Além da redução de custos com pessoal, houve melhoria da comunicação entre equipes e racionalização de trabalhos, permitindo o encurtamento do tempo de trâmite de atos e decisões administrativas.

■ REESTRUTURAÇÃO DOS CARTÓRIOS DISTRIBUIDORES DO ESTADO DE SÃO PAULO

Ainda em 2018, foram **reestruturados os cartórios distribuidores, com redução dos cargos dessa estrutura administrativa para 25% da força de trabalho**, eliminação de atividades obsoletas e, também, reaproveitamento desses servidores, encaminhando-os para outras unidades cartorárias.

Com essa medida, o Tribunal potencialmente deixou de contratar 250 novos escreventes técnicos judiciários, resultando na **economia de cerca de R\$ 22 milhões ao ano**, ou seja, totalizando R\$ 44 milhões de impacto positivo nos dois anos de gestão.

■ REESTRUTURAÇÃO DA SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – STI

As reestruturações administrativas ocorridas no final de 2018 e início de 2019 atingiram áreas técnicas imprescindíveis, como a Secretaria de Tecnologia da Informação – STI, que há muito recebia recomendação para formação de área técnica diferenciada.

A **Portaria nº 9.706/19** reestruturou o setor, tornando mais coesa a gestão dos sistemas administrativos e judiciais em duas diretorias, ao invés de quatro. Além disso, foram criadas novas áreas, em razão das novas necessidades do Tribunal, a saber: áreas de automatização, homologações, apoio administrativo, apoio técnico e integrações.

Constituiu-se o **Grupo de Apoio Técnico**, com o objetivo de internalizar conhecimento no Tribunal e reduzir a dependência de contratadas. Com a criação desse grupo, integrado por profissionais com alto conhecimento técnico, deixou-se de solicitar serviços de contratadas no montante de **R\$ 3.701.667,88 em apenas 167 dias úteis**. Esse valor considera, apenas, a extração de relatórios que seriam pagos à empresa Softplan e que passaram a ser feitos por equipes internas. Trata-se, portanto, de benefício direto auferido com a medida.

Ademais, após a criação do Grupo de Apoio Técnico, as atividades de homologação das principais funcionalidades do sistema SAJ, antes feitas pela Softplan, gastando 35 horas por analista, passaram a ser feitas por essa equipe interna, que gasta, apenas, 8 horas para a mesma tarefa. Estima-se uma economia aproximada de **800 horas** ao TJSP, que não foram contabilizadas no valor mencionado acima.

Além da maior economia, a criação do novo grupo permitiu o início do desenvolvimento de processos de testes automatizados, com o objetivo de, gradativamente, diminuir a necessidade de realização de testes manuais, com aumento da qualidade do software, diminuição de impactos negativos e redução de custo e de dependência do Tribunal em relação a empresas contratadas. Esses benefícios são intangíveis.



+R\$ 3
milhões
Economizados em
serviços de contratadas



R\$ **36**

milhões

Economizados em renegociações
contratuais de aluguéis

RENEGOCIAÇÃO DE CONTRATOS DE LOCAÇÃO E DEVOLUÇÃO DE IMÓVEIS

A atuação da Presidência no biênio 2018/2019 na renegociação de contratos e na otimização dos custos prediais possibilitará ao TJSP economizar alugueis, despesas administrativas e de consumo, além de aumentar a receita, **nos próximos cinco anos**, nos seguintes valores:

- **R\$ 35 milhões** pela redução de 31.000 m² de galpões alugados do Complexo Ipiranga;
- **R\$ 5,9 milhões** com rescisão do aluguel do prédio da Rua Conde de Pinhal;
- **R\$ 5,3 milhões** com rescisão do aluguel da garagem da Avenida Alcântara Machado;
- **R\$ 2,3 milhões** pela cessação de 150 vagas alugadas da Garagem Hase;
- **R\$ 36 milhões** de custos evitados pelo TJSP em razão renegociações contratuais em demais prédios, com redução de valores locatícios e repactuações com isenção de reajustes anuais em contratos de locação (Portaria nº 9665/18);
- **R\$ 10,3 milhões** devido a ressarcimentos ao TJSP decorrentes de aplicação de multas contratuais no biênio 2018/2019 (Provimento nº 2138/13), com deflagração de 670 procedimentos apuratórios e 25 procedimentos administrativos de apuração de responsabilidade (PAR) de acordo com a Lei Anticorrupção;
- **R\$ 10,1 milhões** economizados em razão de operações de adensamento e desocupação de prédios, o que equivale a cinco anos de alugueis e demais despesas administrativas. Em dois anos o TJSP desocupou, por exemplo, espaços nos prédios próprios da Rua da Consolação (Setor Manutenção, 454 m²), na Rua Melo Peixoto (Setor Gráfica, 250 m²) e no prédio alugado da Rua Carlota de Jesus (Almoxarifado Central, 6.000 m²);
- **R\$ 51 milhões** de arrecadação de receitas pelos ressarcimentos das despesas de consumo predial decorrente da nova sistemática simplificada de rateios e cálculo automático das contribuições mensais pelo uso pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, por Bancos e pelos eventuais e demais permissionários nos prédios.

CARTÃO-COMBUSTÍVEL

A frota do TJSP passou a contar, a partir de 2019, com moderno sistema de meio de pagamento, gerenciamento e controle eletrônico do abastecimento de combustíveis. O *software* permite que os gestores tenham acesso, em tempo real, a informações sobre abastecimentos e serviços executados, e permite a extração de relatórios.

Com o sistema informatizado há, também, mais controle do consumo de combustível, economia de tempo e de recursos. Outra vantagem é que o preço máximo pago pelos combustíveis é limitado ao preço médio de mercado apurado pela Agência Nacional de Petróleo (ANP) na semana anterior ao abastecimento. E, além de abastecimento, o sistema é utilizado para serviços de lavagem dos veículos, também em estabelecimentos credenciados.

Os serviços de abastecimento de combustíveis passaram a contar com uma rede de 2.000 postos credenciados com capilaridade em todo o Estado de São Paulo. Em todas as comarcas e garagens do TJSP foram eliminadas as antigas rotinas manuais administrativas e de controles de adiantamentos de numerário, registros de pesquisa de preços ou de quantidade de litros abastecidos, assim como a conferência de notas fiscais emitidas a cada abastecimento. Em vez disto, houve significativa simplificação do trabalho administrativo e financeiro via software e relatórios automatizados, de forma que única fatura mensal é emitida a cada Região Administrativa Judiciária.

**Economia
nas locomoções
a serviço**



APLICATIVO TÁXI-TJSP

A partir de junho de 2019, o TJSP contratou e implementou o aplicativo de Transporte Táxi – TJSP. O aplicativo é uma forma alternativa de transporte à frota própria e é destinado a magistrados e servidores que, pela natureza do serviço, são elegíveis ao uso dos veículos da instituição nas locomoções a serviço. O aplicativo é colocado à disposição por cooperativa de táxi que possui 6.500 veículos em todo o Brasil. O serviço está disponível em todo o Estado de São Paulo, principalmente na Capital e nas sedes das Regiões Administrativas Judiciárias.

Essa é uma iniciativa que reduzirá os custos fixos atuais do TJSP com depreciação de frota própria e motoristas em jornada integral. É uma novidade que resolverá muitas dificuldades, como eventual falta momentânea de viatura ou motorista, além de reduzir custos, como manutenção e combustível.

PROJETO REOCUPAÇÃO – COMPLEXO IPIRANGA

Foi realizada a desocupação de mais de 31.000 m² de galpões, equivalentes a 160 quadras de tênis, no exíguo prazo de menos de seis meses, utilizando-se de técnicas eficazes de gerenciamento de projetos e do esforço coordenado de diversos setores do TJSP, envolvendo as Secretarias de Primeira Instância, Secretaria Judiciária, Oficina, Administração Predial, Engenharia e Arquitetura, Licitações, Pregoeiros, Manutenção e Contratos, todos alinhados com o objetivo único de reduzir o valor do aluguel mensal de R\$ 819,4 mil para R\$ 337 mil, o que propiciará uma economia ao TJSP de cerca de R\$ 35 milhões, entre aluguéis e despesas prediais a eles associadas, nos próximos cinco anos.

Para tanto, cerca de 9,5 milhões de processos do arquivo da SPI foram transportados para o arquivo de Jundiaí; 8.100 estantes com 4 metros de altura foram leiloadas, desmontadas e retiradas pelos arrematantes; 126 mil caixas de processos judiciais da Secretaria Judiciária foram migradas e organizadas em nova área; uma quantidade significativa de itens, incluindo veículos, inservíveis ao TJSP, foram baixados do patrimônio e todos os trâmites processados para sua alienação pública; a reserva técnica de materiais de Almoxarifado e o setor de Malas e Malotes migraram para novos locais, sendo que a Oficina Mecânica em 2020 operará no prédio próprio da Rua da Mooca, onde antes funcionava apenas a lavagem de viaturas (que, por sua vez, foi desativada com a adoção do serviço prestado por postos de gasolina credenciados no “Cartão Combustível”).



R\$ 7,6
milhões

Economizados coma desmobilização
do Complexo Ipiranga

DESMOBILIZAÇÃO DO ACERVO

Formalização do contrato nº 120/19 entre o Tribunal de Justiça e a Iron Mountain do Brasil Ltda., com o escopo de proceder à guarda e ao gerenciamento dos documentos judiciais findos e documentos administrativos produzidos pelo Tribunal de Justiça de São Paulo.

O projeto teve como proposta a padronização dos trâmites de arquivamento da capital e do interior, com vistas ao tratamento da gestão documental ao acervo para a destinação segura dos processos aptos ao descarte, aumentando a expectativa de ganho com a sensível diminuição da demanda de espaço para a guarda desses processos.

O novo formato do processo de arquivamento e a desmobilização do Complexo Ipiranga possibilitou também a redução de custos gerais na ordem de 47,84% do valor anterior, correspondente a aproximadamente R\$ 7.600.000,00.

O acervo correspondente à parte do arquivo da capital alocada no prédio do Complexo do Ipiranga teve sua transferência concluída para a empresa Iron Mountain em novembro de 2019. Já estão em funcionamento os procedimentos de arquivamento e desarquivamento no novo formato, e em andamento a catalogação do acervo para gestão documental.

RENOVAÇÃO DE FROTA

Iniciou-se, no biênio 2018/2019, o processo de renovação da frota de viaturas que possuem envelhecimento superior a dez anos. Desta forma, promoveu-se, via leilões, a alienação em editais públicos com ampla divulgação de mais de 250 veículos neste período bianual.

Paulatinamente, houve a aquisição de 83 novos veículos da marca Toyota – modelo Corolla 2019/2020, de 5 veículos de representação blindados da marca Honda, modelo Accord – 2020, 4 SUV da marca Toyota, modelo SW4, para escolta, e 6 Vans, modelo Renault Master, para transporte de 16 passageiros cada.



LEILÃO E ALIENAÇÃO DE INSERVÍVEIS

A partir de 2018, foram credenciados 37 leiloeiros oficiais para hastas públicas administrativas, que contam com ferramentas *online* nas áreas de publicidade, marketing e divulgação em redes sociais e são chamados em ordem previamente estabelecida em sorteio público, conforme o TJSP realiza a liberação de novos lotes de bens inservíveis.

Ao todo, foram leiloados 16.506 itens, dentre automóveis e materiais inservíveis, com a arrecadação aos cofres do TJSP de R\$ 3,6 milhões de reais. O dinamismo dessa nova rotina possibilitou a ampliação do número de interessados, gerando aumento de receita, em comparação com a metodologia anterior. Houve aumento do ágio de 9,55% em 2017 para 41,74% em 2019.

No mais elevado interesse público e social, o TJSP realizou doações de seis motorhomes em bom estado e sem previsão de uso. Um deles foi destinado ao Hospital de Base de São José do Rio Preto e os demais ao Hospital de Câncer de Barretos (Hospital de Amor).

Valores arrecadados	R\$ 3,6 milhões
Quantidades de veículos vendidos	256
Quantidade de bens vendidos	16.250 itens
Ágio médio sobre o lance inicial	41,74%
Taxa de Sucesso de vendas na 1ª praça	90%

TORRES: ALVARÁ E REGULARIZAÇÃO DA MATRÍCULA

O projeto de futura sede do TJSP teve seu início com as desapropriações realizadas em 1975. Prosseguiu com as definições de projeto básico de arquitetura desde 2005 e com a aquisição de outorga onerosa desde 2006. Em 2015, a Prefeitura do Município de São Paulo – PMSP indeferiu o antigo projeto, pois, à época, não foi possível sua plena regularização pelo TJSP.

Em 2018, os estudos e as análises das documentações técnicas do antigo projeto foram retomados à luz da legislação atual, incluindo a Resolução 114 do CNJ, as normas técnicas posteriores de engenharia elétrica, de Corpo de Bombeiros, de acessibilidade e de permeabilidade do solo. Também foram revistas soluções técnicas de projeto de climatização com objetivo de substituir o sistema de ar condicionado e refrigerado a água por um moderno sistema com refrigeração a ar.

Durante o biênio 2018/2019 foram concluídos: os Estudos de Viabilidade Técnico Legal; a Adequação de Anteprojeto Arquitetônico, conforme estabelecido no Projeto Básico anterior; a Documentação Completa junto a diversos órgãos públicos (tais como: Relatórios de Impacto de Vizinhança, Termo de Compromisso Ambiental da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, autorizações Conpresp, Condephaat, Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes, Comaer-Ministério da Aeronáutica e demais documentos que se fizeram necessários à Secretaria Municipal de Licenciamento e de Desenvolvimento Urbano); a unificação da matrícula; a obtenção do Alvará de Aprovação de Edificação Nova nº 2019/12053-000 junto à PMSP em 9 de agosto de 2019, com validade de dois anos (artigo 18 do Código Municipal de Obras – Lei municipal nº 16.642/17).

OBRAS E MANUTENÇÕES PREDIAIS

Os projetos já priorizados e contratados pelo TJSP tiveram o devido andamento e empenho para alcançarem sua conclusão. Assim, entre outros, foram concluídos os projetos de ampliação do Fórum de Praia Grande, de reforma geral do Fórum de Socorro, climatização e auditório do prédio da Escola Paulista de Magistratura na Rua da Consolação, reformas gerais do prédio VEIJ (Varas Especiais de Infância e Juventude) no Brás e do prédio Juizado Especial Cível Central da Rua Vergueiro (esses últimos iniciados em 2011).

Outros projetos contratados prosseguiram com avanço significativo ainda no contrato anterior de apoio técnico e tiveram sequência no âmbito do contrato com o atual consórcio MHA-RAF. Dentre eles, temos a reforma geral do prédio da Rua Tabatinguera e a ampliação do prédio de Jacaré, estando o TJSP apto a contratar as respectivas obras de construção a partir de dezembro de 2019.

O TJSP assumiu a recuperação do prédio da comarca de Atibaia, desocupado desde 2014, com recuperação das fundações, reforço estrutural, recomposição geral do pavimento térreo (infraestruturas afetadas e acabamentos), recuperação da cobertura e serviços de manutenção geral dos pavimentos superiores, com previsão de reocupação em janeiro de 2020.

Os projetos de reforma geral do prédio do Pátio do Colégio e do Edifício Patriarca foram concluídos no biênio 2018/2019 e aguardam contratação da obra a partir de dezembro de 2019, conforme disponibilidade orçamentária.

Foram também concluídos os projetos e a contratação de obras de adequação à acessibilidade dos prédios do Fórum Central João Mendes Júnior, do Fórum Criminal Ministro Mário Guimarães – Barra Funda, do Fórum Regional da Lapa, dos prédios administrativos da Consolação e da Gráfica e Oficinas.

A Secretaria da Justiça e Cidadania – SJC concluiu obras de adequação à acessibilidade nos fóruns de Lorena, Taubaté, Taquaritinga, Cafelândia e Registro, além de estar executando obras nos prédios de Diadema, Indaiatuba, Itapeverica da Serra e Itu.



Foram realizadas no biênio 2018/2019:

- 407 obras e manutenções concluídas;
- 231 obras contratadas atualmente em execução (dezembro de 2019);
- 32 obras atualmente em fase de licitação/contratação (dezembro de 2019);
- 185 projetos básicos ou executivos em desenvolvimento (dezembro de 2019).

PROJETO EFICIÊNCIA EM GESTÃO COM FOCO EM RESULTADOS

A melhoria da eficiência foi priorizada pela gestão. O projeto “Eficiência em Gestão com foco em resultados”, realizado em parceria com o Movimento Brasil Competitivo (MBC) e com a Febraban, permitirá ao TJSP contar com o apoio de uma consultoria externa (Consultoria de Resultado Falconi), durante dez meses, para aumentar a produtividade e reduzir gastos. Dentre as frentes de trabalho, destacam-se o aprimoramento da produtividade do 1º grau, liderada pela Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP, e a otimização de processos, liderada pela Secretaria de Administração e Abastecimento – SAAB.

Ainda que recente o projeto, os resultados já são evidentes. Nas despesas com contratos, a racionalização de gastos com limpeza, transporte e utilidades já resultou em uma economia de R\$ 38 milhões para a Corte paulista. Além disso, diversos setores já apresentaram ganhos qualitativos, como ocorreu com os setores de Malas e Malotes e de Manutenção.

MUDANÇAS E OCUPAÇÕES PREDIAIS

No biênio 2018/2019 foram recebidos 7 prédios, sendo 1 deles construído pela Prefeitura de Barueri, 1 edificação cedida pela Prefeitura de Cesário Lange, além de 5 novos prédios construídos pela Secretaria de Justiça e Cidadania. Acrescente-se a essa lista a mudança do prédio administrativo da Região Administrativa Judiciária de Presidente Prudente para um prédio localizado na região central, com economia em aluguéis; a mudança da Oficina Mecânica para o prédio próprio da Rua da Mooca, reduzindo custos locatícios do Complexo do Ipiranga; a reforma e instalação da maior unidade de Cejusc da Capital pela Prefeitura do Município de São Paulo na sobreloja do Edifício Patriarca; e a complexa mudança para um único prédio na comarca de Guarulhos, desocupando 5 unidades alugadas.

Coube ao TJSP elaborar os estudos arquitetônicos da ocupação, realizar mudanças e aparelhamento predial, instalando rede lógica de internet e telefonia, prover mobiliário e equipamentos e, em alguns casos, o projeto e a contratação de obras complementares, tais como guarita, climatização e eventuais adaptações necessárias à atividade judiciária, além de prover toda a contratação de serviços de administração predial e de segurança patrimonial. São as seguintes unidades judiciais e administrativas com o respectivo mês de recebimento:

**7****Novos
prédios
do TJSP**

- São José do Rio Preto – março de 2018;
- São Joaquim da Barra – maio de 2018;
- Adensamento, reforma de vários andares e ocupação do Complexo Administrativo do Patriarca, ao longo de 2018, com as mudanças das Secretarias: Sema, SPI, STI, e equipes Daraj, SAAB 2 e SAAB 6;
- Cesário Lange – outubro de 2018;
- Barueri – dezembro de 2018;
- Araçatuba – Psicossocial – dezembro de 2018;
- Potirendaba – janeiro de 2019;
- Limeira – fevereiro de 2019;
- Conchas – outubro de 2019;
- Pirassununga – outubro de 2019;
- Oficina Rua da Mooca – dezembro de 2019;
- Piquete – regularização documental – dezembro 2019;
- Cejusc Patriarca – dezembro de 2019;
- Guarulhos – Rua dos Crisântemos – (dezembro de 2019 a fevereiro de 2020);
- Região Administrativa Judiciária de Presidente Prudente – (de dezembro de 2019 a fevereiro de 2020);
- Ampliação do Fórum de N. Senhora do Ó – prevista para fevereiro de 2020;
- Finalização do Fórum de Jujutiba – prevista para março de 2020.

CONTRATO DE APOIO TÉCNICO E FISCALIZAÇÃO

Durante o período de junho a dezembro de 2018, foi realizada a desmobilização do contrato iniciado em 2013 de apoio técnico em serviços de arquitetura e engenharia com o consórcio Argeplan-Concremat, após revisão do modelo de contratação e separação entre as atividades de apoio técnico e fiscalização.

A abordagem adotada consistiu em detida avaliação e controle do progresso de execução das ordens de serviços até então contratadas, de forma a não causar interrupções nos projetos técnicos em estágio avançado de elaboração (iniciados de 2013 até maio 2018). A estratégia trouxe ganhos de economicidade e impediu a descontinuidade abrupta do serviço de apoio técnico em razão da substituição de contratadas.

Simultaneamente, foram realizadas duas novas concorrências, na modalidade técnica e preço, para a contratação de duas distintas empresas para Elaboração de Projetos e para Fiscalização de Obras:

- Contrato nº 000.171/19 de Elaboração de Projetos: consórcio vencedor: MHA-RAF. O valor contratado de R\$ 39.720.228,60 foi **39% abaixo do valor orçado inicialmente**, graças à concorrência entre 37 empresas. No que diz respeito à qualificação técnica, foram avaliados mais de 8.000 documentos apresentados em 470 atestados de capacidade técnica; e
- Contrato nº 000.316/18 de Fiscalização de Obras: empresa vencedora foi a Fernandes & Terrugi Consultores Associados Ltda. O valor contratado de R\$ 15.344.049,60 foi **42% abaixo do valor orçado inicialmente**, graças à ampla concorrência “menor preço” entre 30 empresas.

EXTINÇÃO DE CARGOS DE OFICIAIS DE JUSTIÇA

Minuta de Projeto de Lei Complementar aprovada pelo Órgão Especial que dispõe sobre a extinção de cargos do Quadro do Tribunal de Justiça (processo nº 43.817/19 – SGP; sessão de 27/11/19), com previsão de extinção de 1.876 cargos vagos de oficial de justiça.



Organização Judiciária

CRIAÇÃO DE VARAS REGIONAIS E DE CIRCUNSCRIÇÃO

A Presidência empreendeu esforços para a aprovação de projeto de lei para a regionalização de varas judiciais, objetivando proporcionar maior segurança jurídica e previsibilidade às decisões judiciais, com racionalização da utilização de recursos públicos. A Lei Complementar Estadual nº 1.336/18 tornou possível o remanejamento administrativo de unidades judiciais entre comarcas, por meio de Resolução do Tribunal de Justiça.

Como resultado, foram instaladas, de forma inovadora, a 1ª e 2ª Varas Regionais Empresariais e de Conflitos de Arbitragem Falências, com competência territorial para abranger a 1ª RAJ – Grande São Paulo.

UNIDADE REMOTA DE JULGAMENTO – URJ

Com o fim de permitir o enfrentamento de acervo de processos em unidades judiciais de todo o Estado, criou-se a Unidade Remota de Julgamento – URJ, por meio da Portaria Conjunta Presidência e Corregedoria nº 50/18. A URJ, localizada no Fórum João Mendes Júnior, permite que magistrados possam auxiliar, sem custo adicional, unidades judiciais com grande acervo.





CRIAÇÃO DE TURMAS RECURSAIS E CARGOS DE JUIZ SUBSTITUTO EM SEGUNDO GRAU

Foi promulgada, em 28 de dezembro de 2018, a Lei Complementar Estadual nº 1.337, que dispõe sobre a criação de estrutura permanente para as Turmas Recursais dos Juizados Especiais, cria os respectivos cargos de Juiz de Direito, cria a estrutura administrativa correspondente às Turmas Recursais, e cria a Turma de Uniformização de jurisprudência.

Também em 2018 promulgou-se a Lei Complementar Estadual nº 1.330/18, que dispõe sobre a criação de cargos de Juiz de Direito Substituto em Segundo Grau e cria a estrutura de recursos humanos de seus Gabinetes (destacado do PLC 26/13).

INSTALAÇÃO DE ANEXOS E VARAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

A Presidência investiu na instalação de Varas e Anexos de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher na Capital e no interior. Durante o biênio, foram instalados sete Anexos (Casa da Mulher Brasileira, Santo André, Rio Claro, Limeira, São José do Rio Preto, Bauru e Cotia) e duas Varas, uma na Capital (Região Leste 3 – Itaquera) e uma no Interior (Campinas).



UPEFAZ

Reestruturação do Setor de Execuções contra a Fazenda Pública, agora denominado Unidade de Processamento das Execuções contra a Fazenda Pública (Upefaz). Foi feita uma reforma física e providenciadas a ampliação e a capacitação do quadro de servidores e a customização de recursos tecnológicos, além de um plano emergencial para a superação dos atrasos no pagamento dos precatórios, estando em curso, também, o processo de digitalização de todos os autos físicos que tramitam na unidade. A digitalização da Upefaz permitirá a desocupação de espaços no Fórum Hely Lopes Meirelles, e, conseqüentemente, sua destinação para outras finalidades.

VARAS INSTALADAS

Foram instaladas, além das especializadas regionais e de violência contra a mulher, as seguintes Varas: 2ª Vara da Fazenda Pública de Piracicaba; Vara da Comarca de Cesário Lange; 15ª Vara Cível do Foro Regional de Santo Amaro; 5ª Vara Cível de Limeira; 2ª, 3ª e 4ª Varas de Santana de Parnaíba; 1ª e 2ª Varas de Crime Tributário, Organização Criminosa e Lavagem de Bens e Valores da Capital.

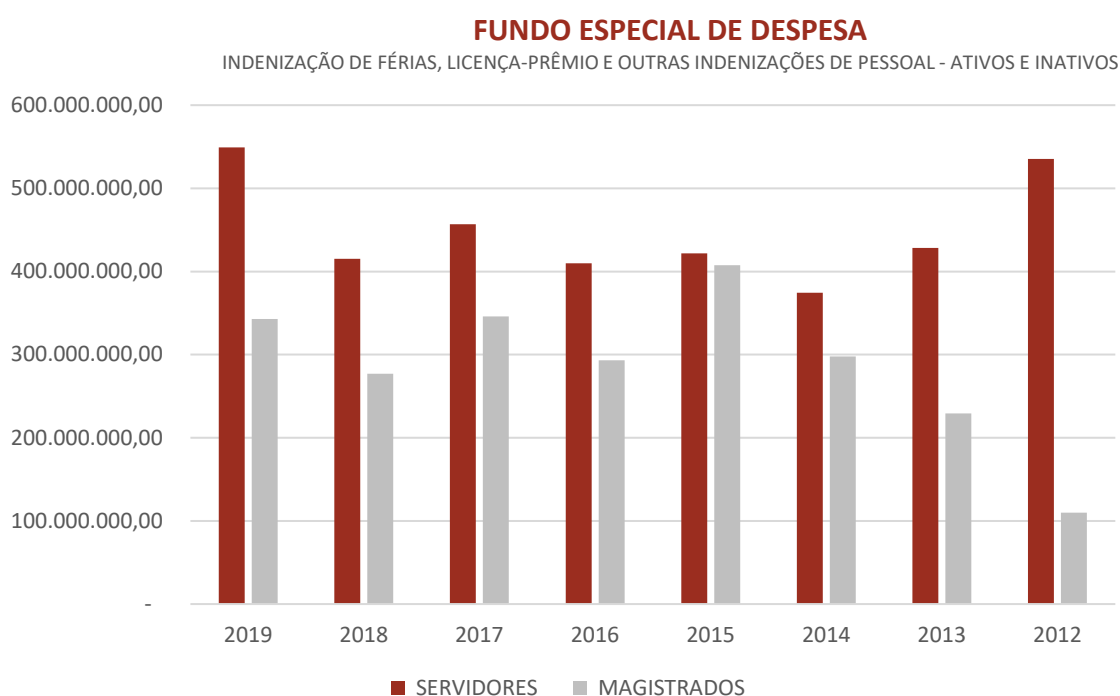


Magistrados e Servidores



PAGAMENTOS DE INDENIZAÇÕES A MAGISTRADOS E SERVIDORES

A despeito das enormes dificuldades financeiras e orçamentárias do TJSP durante o biênio de 2018/2019, a Presidência empenhou-se em assegurar pagamentos de indenizações (férias, licença-prêmio, compensação, atrasados). Nesse sentido, observa-se abaixo:



FUNDO ESPECIAL DE DESPESA - VALORES				
	SERVIDORES	MAGISTRADOS	TOTAL	TOTAL
2019	549.300.000,00	342.882.907,50	892.182.907,50	1.584.672.315,01
2018	415.313.484,22	277.175.923,29	692.489.407,51	
2017	456.676.339,31	345.888.376,13	802.564.715,44	1.505.407.891,35
2016	409.794.610,03	293.048.565,88	702.843.175,91	
2015	421.864.474,95	407.641.776,29	829.506.251,24	1.501.520.467,77
2014	374.220.758,00	297.793.458,53	672.014.216,53	
2013	428.365.611,91	229.355.164,42	657.720.776,33	
2012	535.176.311,50	109.926.889,75	645.103.201,25	1.302.823.977,58

ACESSIBILIDADE

Durante o biênio 2018/2019, foram impulsionadas ações de valorização e inclusão de pessoas com deficiência, objetivando criar no Tribunal uma política institucional, mediante a criação de uma Diretoria de Acessibilidade.

Foi realizada pesquisa nos canais institucionais para dar atendimento individualizado às demandas existentes, como adequação de equipamentos, instalação de monitores especiais e facilitação de acesso aos prédios do Tribunal. Por meio de questionário, a Presidência buscou mapear por Região Administrativa as demandas relacionadas à acessibilidade, contando com a participação de mais de cinco mil magistrados e servidores. Trabalhou-se na integração de jovens provenientes dos programas Jovem Aprendiz (Apaec e Ciec), com foco em acessibilidade.

No biênio, foram realizados a primeira visita monitorada em libras no Palácio da Justiça, o primeiro evento com interpretação simultânea em libras (Fonavid) e a 1ª Semana de Acessibilidade, que incluiu rodas de conversa, palestras e apresentações musicais.

DIGITALIZAÇÃO DE PRONTUÁRIOS

A Presidência investiu na digitalização de prontuários funcionais de servidores e magistrados, revolucionando duas secretarias que ainda mantinham todas essas informações em papel. A previsão é finalizar o projeto em janeiro de 2020, já tendo sido digitalizados 32.000 processos e 460.000 apensos.

DESENVOLVIMENTO DO PORTAL DA MAGISTRATURA

A gestão de 2018/2019 foi produtiva no desenvolvimento de sistemas para área de recursos humanos, especialmente para unificação definitiva dos dados cadastrais e funcionais dos magistrados. O Portal da Magistratura está em fase final de desenvolvimento – previsão para entrar em produção em dezembro/19 – e possibilitará a concentração do cadastro dos magistrados. A ferramenta possibilitou nesta gestão a diminuição considerável do trâmite de processos físicos.

AÇÕES VOLTADAS A SERVIDORES

■ PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO – SGP

A Portaria nº 9.745/19 disciplinou o Planejamento Estratégico da Secretaria de Gestão de Pessoas, com vigência de 2019 a 2025, com o fim de permitir gestão estratégica que afira resultados efetivos e de alta performance para a instituição.

■ CAPACITAÇÃO

Implementou-se o conceito de capacitação à distância, permitindo que um servidor de qualquer unidade do Estado possa obter o mesmo conhecimento daquele que atua na Capital. Em 2018/2019, mais de 80 mil servidores se inscreveram em cursos de capacitação, sendo que mais de 40 mil foram certificados.

■ LOTAÇÃO PARADIGMA

Foi desenvolvido sistema semiautomatizado para a definição da Lotação Paradigma, a partir de um motor de cálculo desenhado para o cômputo de grandes quantidades de operações simultâneas, para proporcionar maior agilidade no processamento do quantitativo mínimo de servidores das unidades judiciais de 1º e 2º graus. Essa ferramenta tem sido aprimorada no projeto Eficiência em Gestão Administrativa com Foco em Resultado, em parceria com a Consultoria Falconi.

40 mil

Servidores capacitados



SISTEMA COMPLETO DE GOVERNANÇA E GESTÃO DE PESSOAS

Para implantar o primeiro Módulo de Governança em Gestão de Pessoas no TJSP foram desenvolvidos os seguintes projetos:

- Carta de Serviços: para mapear serviços prestados por cada diretoria que compõe o quadro de secretaria;
- Identidade organizacional;
- Indicadores de Desempenho: definiu indicadores para acompanhar os resultados de sua diretoria;
- Metas: definidas metas de curto e longo prazo para acompanhar o planejamento estratégico;
- Cadeia de valores: identificação dos fluxos de processos de trabalho que contribuem para produzir valor aos servidores, por meio de decomposição das atividades estratégicas;
- Portal de projetos da SGP;
- Portal da SGP: para permitir acompanhamento dos instrumentos de gestão da secretaria pelos servidores;
- Modelagem quantitativa e qualitativa da força de trabalho das varas de falência;
- *Compliance*.

Foi promovido, em 2019, em parceria com Comitê de Gestão de Pessoas, o I Fórum de Governança e Gestão de Pessoas, que contou com a participação de diversos tribunais brasileiros, sendo os tribunais de Justiça Militar do Estado de São Paulo, Regional do Trabalho da 2ª Região, Justiça Federal da 3ª Região e Regional Eleitoral de São Paulo parceiros na organização do evento.

MÓDULOS INFORMATIZADOS DE CONCESSÃO DE GRATIFICAÇÃO JUDICIÁRIA E DE INCORPORAÇÃO DE DÉCIMOS

Houve implantação do módulo informatizado de concessão de gratificação judiciária e a homologação do de incorporação de décimos de cargo pela LC nº 924/02.

SAÚDE

Foi implementada inovação que facilitou as atividades da Diretoria de Licenças Médicas, Perícias Médicas e Reinserção de Servidores, como, por exemplo, a avaliação de deficiência para fins de aposentadoria especial com perícia multidisciplinar (Médico Perito e Assistente Social). Aperfeiçoou-se também o sistema de perícias para enquadramento de licenças compulsórias, visando migração dos dados para BI e extração dos indicadores da unidade.

Foi desenvolvido trabalho de acompanhamento psicossocial que recebeu 34 servidores em espaço físico, acompanhando outros 94 servidores por atendimento e/ou tratamento. Além disso, orientou-se 315 servidores, que foram encaminhados para tratamento e relatados.

NÚMEROS

No biênio, foram processados 207.598 pedidos de férias, 46.061 de licenças-prêmios, gozo ou indenização, 15.554 solicitações de indenização de dias de compensação, 5.977 para prestação de serviços extraordinários, 5.638 inclusões de tempo de serviço e 8.050 revisões de inclusão, 1.872 certidões de tempo de contribuição, 4.808 consultas, 7.429 ofícios e memorandos, 5.165 ações judiciais, 1.241 concessões de auxílio-creche, 6.426 adicionais de qualificação, 761 alterações de nível, 16.117 adicionais por tempo de serviço, 4.017 abonos de permanência, 3.687 aposentadorias e 9.768 previsões de aposentadoria.

Realizou-se perícia em 8.402 servidores, trabalhando-se na readaptação de 1.700 deles, 27 cassações de readaptação, 43 pareceres contrários à readaptação, 162 readaptações iniciais e 243 manutenções da readaptação.



Tecnologia e Segurança

O biênio de 2018/2019 adotou diversas medidas em busca da inovação, dentre as quais a maior delas foi a opção pelo desenvolvimento de novo sistema de tramitação eletrônica de processos em substituição ao atual. Foram adotadas, também, medidas objetivando inovação que independem do sistema de tramitação de processos.

A Secretaria da Tecnologia da Informação foi reestruturada pela Portaria nº 9.706/19, tornando mais coesa a gestão dos sistemas administrativos e judiciais em duas diretorias, ao invés de quatro, criando-se novas áreas, em razão das novas necessidades do Tribunal, a saber: áreas de automatização, homologações, apoio administrativo, apoio técnico e integrações.

Com relação à segurança, destaca-se a efetiva operacionalização do SIM – Sistema Integrado de Monitoramento, com aumento do controle e segurança. Além disso, implementaram-se 30 obras de fechamentos perimetrais em prédios, dando maior segurança aos magistrados, servidores e público atendido pela Justiça Bandeirante, e aprimorou-se o Portal Fórum Seguro como parte do “Portal do Administrador”.

IMPLANTAÇÃO DO SIM – SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO

O Sistema Integrado de Monitoramento – SIM atua a distância coletando imagens em tempo real dos prédios e monitorando atitudes suspeitas. Traz decisões automáticas para combater reais situações de perigo, contando com reconhecimento facial.

No Biênio 2018/2019, implementou-se o SIM em 36 prédios, envolvendo:

- 1.219 botões de alarme em funcionamento nas varas e gabinetes.
- Ativação de módulos de controle de acesso com catracas e estações de cadastramento de visitantes nos prédios: Fórum do Butantã, Itaquera, Ipiranga, Pinheiros, Penha de França, JEC/JECrim Itaquera/Guaianazes, Vila Prudente, Pinheiros, Santana, Santos (Fórum, Cível, Daraj e JEC), Sorocaba (Fórum e Daraj) e São José dos Campos.

NOVA PLATAFORMA DE JUSTIÇA DIGITAL – LEX

A Presidência procurou identificar no CPA 2018/147144 a existência de alternativas à proposta de evolução do SAJ apresentada pela Softplan (SAJ6) que fossem viáveis técnica e financeiramente. Foram definidas diretrizes tecnológicas para o desenvolvimento de produto inovador, objetivando maior automatização de tarefas, maior estabilidade do sistema e agilidade na incorporação de novas tecnologias. Objetivou-se que o sistema fosse nativo de nuvem em razão de maior economicidade (IaaS), e também da maior sinergia com novas tecnologias e controles de processos de desenvolvimentos (SaaS/PaaS). As mais importantes diretrizes fixadas foram as de que o TJSP deveria ser proprietária dos códigos fontes e que não seria admitida a subcontratação de terceiros.

A contratação seria feita com base no contrato de “Encomenda Tecnológica” em razão dos riscos tecnológicos, modalidade contratual criada pela Lei de Inovação (Lei nº 10.973/2004). Muito embora a Lei de Inovação permita expressamente a contratação direta a critério do órgão público contratante, foram consultadas 3 empresas líderes do segmento de mercado de nuvem pública quanto ao interesse na execução do objeto (AWS, Google e Microsoft), todas posicionadas no “Quadrante Mágico” da Gartner, com o intuito de obter a melhor proposta.

Apenas uma empresa manifestou interesse na contratação nas condições estipuladas, que firmou Acordo de Cooperação, sem qualquer remuneração por parte do TJSP, para levantar requisitos e aferir a viabilidade técnica e financeira da proposta.

Apurou-se a viabilidade técnica e financeira do desenvolvimento de nova plataforma, com redução de custos fixos anuais com sistema judicial em 40% e expressiva redução da necessidade de *Data Center* próprio. Concluiu-se pela superioridade dessa proposta em relação ao SAJ porque:

- adoção de tecnologia que se mostra hoje ultrapassada em razão da adoção de linguagem de programação (Delphi) a qual, por ser antiga, é de difícil acessibilidade para a maioria dos técnicos de TI, impossibilitando que o Tribunal venha a assumir toda as suas manutenções e/ou evoluções;
- impossibilidade de ser adequadamente utilizado em dispositivos móveis;
- não fornece Código Fonte ou documentação adequada;

- modelo contratual que perpetua a dependência do TJSP na medida em que não há cessão de Códigos Fontes, impondo a renovação sucessiva de contratações por dispensa de licitação, vulnerando posição contratual;
- problemas com baixas de novas versões, que resultaram em graves problemas para a prestação da atividade jurisdicional aos cidadãos, tais como certidões falso negativas, publicações efetuadas sem intimação de advogados, incapacidade de migração de dados para o sistema SAJ para o módulo de pagamento de precatórios o que impediu o seu pagamento, dificuldades de integrações com órgãos e instituições, constantes indisponibilidades do sistema e lentidão;
- ausência de clareza quanto ao modelo de contratação e de incorporação de novas tecnologias, assim como quanto à alegada compatibilidade com ambiente de nuvem, visto que não se sabe quais seriam os módulos, em quais proporções, quais serviços seriam disponibilizados e como seria a interface entre serviços fornecidos em nuvem com o sistema SAJ em si.

Procedeu-se, então, após cotejando das vantagens e desafios, à assinatura do contrato nº 061/19, com base no artigo 20, §4ª da Lei de Inovação e art. 24, XXXI, Lei nº 8.666/93. Sem prejuízo, foi mantida contratação da Softplan, com redução de 25% do escopo da contratação.



OFFICE 365

A aquisição desse pacote de ferramentas de escritório e colaboração (*PowerApps, Flow, Power BI, Power Automate, e SharePoint*) permitiu a realização de diversos projetos inovadores.

Foi possível disponibilizar maior espaço de armazenamento no e-mail institucional, além de espaço individual em nuvem para a manutenção dos arquivos de trabalho, além da ferramenta *Teams* para organização de cartórios e gabinetes de magistrados, assim como a realização de reuniões remotas.

Foram realizados mais de 70 workshops sobre as novas ferramentas, incluindo alguns com conteúdo voltado exclusivamente à acessibilidade. Foi elaborada um Centro de Aprendizagem, acessível a todos pela internet.

Projetos viabilizados: *Novo Movjud, Sistema de objetos e armas, Sistema de Atas de Correição; Portal Predial; GED Engenharia Predial Mais e Acesso Externo aos Documentos das Licitações, Teleaudiências, Depoimentos Especiais, nova intranet, novos painéis de BI, Project online-gerenciamento de projetos, Portal do Administrador, Portal Fórum Seguro.*

■ TELEAUDIÊNCIAS

As teleaudiências foram disciplinadas pelo Provimento CSM nº 2.520/19 e Comunicado Conjunto nº 1.890/19. Destinadas à oitiva de partes e testemunhas, as salas de teleaudiências são alternativas para a coleta de depoimentos em cartas precatórias, por videoconferência.

■ NOVA INTRANET

O novo portal de intranet foi modernizado e tornou-se mais dinâmico, permitindo a customização de assuntos e pontos de interesse pelo usuário. Além disso, é nativamente acessível, possibilitando acesso à informação a pessoas com deficiência.

NUVEM PÚBLICA

Foi diretriz desse biênio o investimento em nuvem pública, com o intuito de liberar espaço de *Data Center* para permitir a expansão de vários projetos que estavam suspensos por esse motivo (gravação de audiência, digitalização de processos físicos, dentre outros) e a incorporação de novas tecnologias em prol do aprimoramento da prestação jurisdicional.

Trata-se de ambiente seguro, aderente à LGPD e menos oneroso. Recentemente, em sessão realizada no dia 23/9/19 do Comitê de TI do CNJ, informou-se que o PJe será migrado para nuvem.

Projetos viabilizados: *digitalização da Upefaz, digitalização de todos os prontuários da Sema/SGP e Judi – a assistente virtual do TJSP*. Após o término dos pilotos de digitalização, será possível criar critérios objetivos para expansão da medida para o resto do Estado.

Em razão de seus benefícios, foi imposta como diretriz a migração do SAJ5 para ambiente de nuvem. Mesmo com a Plataforma LEX, haverá coexistência de 3 anos entre os dois sistemas, não justificando a realização de dispendiosos investimentos em necessária renovação do parque computacional de *Data Center* e sua redundância, diante de seu iminente esgotamento tecnológico em 2021, inicialmente estimados em cerca de R\$ 950 milhões. Negocia-se, neste momento, cronograma e custo com a empresa.





■ JUDI – ASSISTENTE VIRTUAL DO TJ

Projeto diretamente viabilizado pela aquisição de espaço de armazenamento em nuvem pública e que demonstra a potencialidade tecnológica deste ambiente.

Pela primeira vez no Brasil, um Tribunal de Justiça Estadual lançou uma assistente virtual focada no atendimento ao cidadão, respondendo dúvidas, inicialmente, sobre os Juizados Especiais Cíveis. Trata-se de robô que utiliza inteligência artificial para simular conversas com seres humanos, mantendo diálogos. A Judi utiliza e compreende linguagem natural.

Objetiva-se tornar a justiça mais acessível ao cidadão, evitando que tenha deslocamentos desnecessários e auxiliando-o a localizar, com mais assertividade e eficiência, as informações que estão disponíveis no site do TJSP, com potencial de expansão para informar questões sobre plantão judicial e auxiliar o usuário interno no suporte básico do uso dos sistemas do Tribunal.

HARDWARES E ACESSÓRIOS

Capacitação e distribuição de equipamentos necessários para realização dos depoimentos especiais em todo Estado, por meio de câmeras digitais com microfones embutidos e computadores que captam imagem e áudio dos depoentes e transmitem em tempo real via *Skype* para a sala de audiência. Aquisição de monitores maiores, incluindo lote destinado ao atendimento de deficientes visuais. Nova contratação de impressoras no sistema de outsourcing. O parque de impressoras foi redimensionado, considerando a expansão dos processos digitais e, conseqüentemente, a redução do número de impressões. A nova contratação reduziu aproximadamente 45% do total de impressoras do contrato anterior, sem afetar atividades e produtividades das áreas. Instalou-se, também, *software* para gerenciamento de impressões (“bilhetagem”). As medidas adotadas pela Presidência permitiram a redução em relação a 2018 de 39,16% do número de impressões e de 33,9% do custo mensal de locação, proporcionando, assim, evidente economia ao TJSP, além de iniciativa em prol da sustentabilidade.



AUTOMAÇÃO/INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

A gestão investiu na automatização de tarefas em processos judiciais. Foi criado Comitê de Robotização e a uma nova área na STI, com especial atuação nessa área, pela **Portaria nº 9.741/19**.

Assinou-se, recentemente, com a USP, Convênio para intensificação das tarefas de robotização de atividades do TJSP.

Durante o biênio, foram desenvolvidos mais de 62 robôs, os quais representam uma economia de 124 meses de trabalhos de um servidor. Os mais utilizados são: *robô para encerramento de pendências, para juntada de petição em mídia, para criação de pactos, para movimentação de processos em lote, para análise da existência de advogados no processo, para análise da situação de CDA do processo ou de petição intermediária e para cadastro de observação na fila.*

Está em andamento piloto conduzido nas varas cíveis do Jabaquara para utilização de robô para realização de BacenJud.

SAJ – SISTEMA DE AUTOMAÇÃO DA JUSTIÇA

Todos os contratos firmados com a Softplan foram renovados, por período de 15 meses, com redução em 25% do escopo (SAJ 1º grau, SAJ 2º grau, SAJ ADM, Suporte e Sustentação, Protocoladora/Apoio à Infraestrutura e Garantia de Evolução Tecnológica), tendo em vista a contratação da Nova Plataforma de Justiça Digital – LEX (coexistência de três anos), pedido da própria empresa em razão da necessidade de investir esforços na evolução do SAJ6 para redução dos pontos de função de cada ciclo e Portaria da Presidência determinando renegociação coletiva de contratos firmados pelo TJSP.

■ SAJ – JUDICIAL

O foco da gestão foi exigir da Softplan maior estabilidade do sistema SAJ, sobretudo após as inúmeras baixas de versões – cheias ou corretivas. Para minimizar transtorno ao usuário, procurou-se evitar que elas ocorressem ao final do mês.

Em razão da incapacidade de solução satisfatória, optou-se pela não aquisição de novos módulos que resultassem em acréscimos contratuais. Houve divergência entre a interpretação da Presidência e da Softplan quanto à extensão do objeto do contrato de “garantia de evolução tecnológica”, visto que a primeira entende que, em razão desse contrato, novos módulos desenvolvidos com tecnologia mais moderna estão contemplados.

Constituiu-se o Grupo de Apoio Técnico, com o objetivo de internalizar conhecimento no Tribunal e reduzir dependência de contratadas. A atuação desse grupo permitiu não solicitar serviços de extração de relatórios a empresa contratadas, resultando em economia de R\$ 3.701.667,88 em apenas 167 dias úteis. Esse grupo absorveu atividades de homologação das principais funcionalidades do sistema SAJ que eram feitas por equipe da Softplan, a qual gastava 35 horas por analista. Essas tarefas consomem apenas 8 horas, gerando economia aproximada de 800 horas ao TJSP. Em razão desse novo grupo, a STI deu início ao desenvolvimento de processos de testes automatizados, com o objetivo de, gradativamente, diminuir a necessidade de realização de testes manuais, aumentando a qualidade do software, diminuindo impactos negativos e reduzindo custo e dependência do Tribunal com empresas contratadas. Esses benefícios são intangíveis.

Foram entregues funcionalidades: *integração com Sefaz-Dívida Ativa; Citação Eletrônica da Fazenda Estadual – 1º grau: Assinatura em segundo plano – 1º grau; Cálculo de Custas Judiciais – 1º grau (piloto no Foro Central Cível); Nova Portaria Depre; Conflito de Competências – 2º grau; Certidões eletrônicas para fins eleitorais – 2º grau; Novo Portal e-SAJ (piloto do novo Portal do E-SAJ, em 50 advogados, em 2/12/19, referente ao SAJ6); Citação eletrônica Banco Itaú – 1º grau (piloto que está sendo conduzido na UPJ do Jabaquara); Integração com a Polícia Militar – SOS Mulher – 1º.*

■ SAJ-ADM – SISTEMAS ADMINISTRATIVOS – 100% DIGITAL

Meta de utilização apenas dos sistemas eletrônicos administrativos, por todas as Secretarias, de forma a caminhar para a eliminação de tramitação de expedientes em papel, assim como ocorre no sistema judicial.

Houve grande incremento na qualidade do SAJ-ADM, com realização de diversas funcionalidades: *expansão do módulo de solicitação de transportes; exportação AudeSp; Fluxo de Catalogação; Stack de Monitoramento (GET); Melhorias no fluxo de transferência entre administrações – SIP; Gestão de tarefas no CPA; Integração com a BEC – Bolsa Eletrônica de Compras – SCL; Portal de atendimento – assinatura de contratos; Facelift CPA; Painéis Gerenciais; OCR – Busca Textual; Exportações para a AudeSp; Portal de Atendimento – Lei de Acesso à Informação e Res. CNJ nº 215/15; Conferência de bens permanentes por Unidades Administrativas; Integração benefícios/Módulo de RH; Central de Ajuda; Melhorias do Gecon; 100% Digital- CPA/SCL; Integração SLAFEM/SLAFísico SGF/SCL/ALX/SIP; Integração Office 365; Resolução CNJ 270/18; Integração Rede de Suprimentos; Integração Setores – Integração RH; Notificação de Contratos a Vencer; Integração – Cartão de Abastecimento; Fluxos de Atas de Registro de Preços SPD/SGF/CPA; Integração Imóveis POS/SIP/SGP; Integração de ambientes – Deploy Automático; Facelift/Novas Interfaces: Adequações à LGPD; Integração CauFeSp – Sistema Eletrônico de Informações; Integração SCL x SGF x REC para controle de receitas; Integração Secretaria da Fazenda – Sefaz (SGF/ALX/SIP); Geração do DIRF para Receita Federal; Exportação AudeSp via webservice; Integração MeM com Sistemas SAJ/PG e SAJ/SG.*

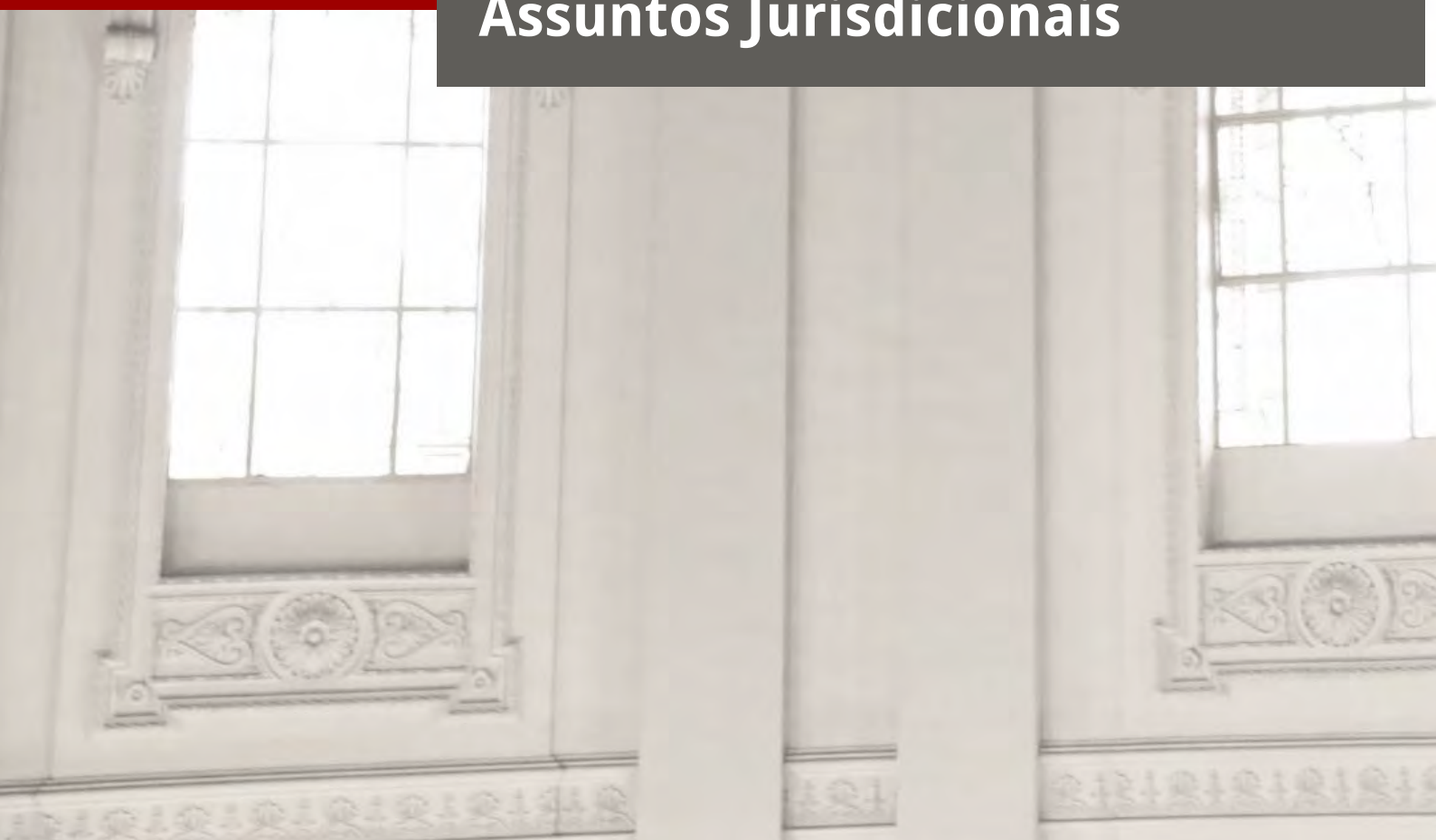
LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD

Ao longo de 2018/2019, foram realizados estudos para verificar as providências a serem adotadas para implementação da LGPD, em 2020. Foi elaborada estrutura de governança visando à implementação da lei (política de privacidade, *templates* de relatórios de incidentes, notificação compulsória à ANPD e aditivo de cláusula contratual de conformidade com a lei), desenho de fluxo macro de tratamento de incidentes referentes a dados pessoais custodiados no TJSP, proposta de alteração da portaria do Comitê Gestor de Segurança da Informação para compreender a figura do DPO e forma de tratamento de incidente, colaboração em minuta de portaria que disciplinará fornecimento de dados para fins de pesquisa requeridas por trabalhos.

A minuta final da Política de Segurança e Privacidade elaborada pela STI/Presidência, junto com os demais estudos, foi encaminhada ao CNJ, tendo em vista que foram solicitadas contribuições, objetivando a definição de parâmetros nacionais, e estão disponibilizados no Portal de Governança Digital do CNJ.



Assuntos Jurisdicionais



No biênio 2018/2019, foram analisados **163 pedidos de suspensões de liminar**, não raro relacionados a temas complexos e socialmente relevantes (v.g., leilão do Metrô; PPP dos Presídios; virada cultural; recuperação judicial do Aeroporto de Viracopos; previdência municipal da Capital; oferta pública de ações da Eletropaulo; novo procedimento de apuração de preços do licenciamento ambiental da Cetesb; reajuste da tarifa de ônibus da Capital; continuidade das obras do Vale do Anhangabaú; prosseguimento das obras da Linha 17 – Ouro Monotrilho; licitações da CDHU).

Foram proferidos **248 votos pela Presidência em ações perante o Órgão Especial** nesse período, alguns em matérias de particular relevância, especialmente em ações diretas de inconstitucionalidade e incidentes de arguição de inconstitucionalidade (v.g., Fundeb, Direito de Protocolo, Federalismo Cooperativo, ISS sobre Importação de Serviços, Rodeios).

Entre juízos de admissibilidade de recursos especiais e recursos extraordinários, arguições de suspeição/impedimento de desembargadores e execuções de acórdãos do Órgão Especial, foram mais de **6.600 decisões proferidas** pelo presidente neste período.

Perante o **CNJ**, a Presidência protagonizou a defesa da sistemática de compensações do TJSP (PP nº 0007272-45.2018.2.00.0000), não sem antes promover sensível reestruturação que deu azo à Resolução nº 798/18.





Ainda perante o CNJ, merece destaque a defesa do pagamento do auxílio financeiro para aquisição de livros, softwares e hardwares, que chegou a ser sobrestado no PP nº 0007270-75.2018.2.00.0000, por decisão posteriormente revertida em sede recursal.

Implantou-se, ainda, revisão da sistemática de pagamento da Parcela Autônoma de Equivalência (PAE), com determinação de observância da regra de imputação do pagamento do art. 354 do Código Civil e adequação dos consectários da mora ao fixado nos Temas 810 (STF) e 905 (STJ). Seguiu-se obtenção de autorização, perante o CNJ, para o pagamento da diferença de subsídios do período compreendido entre janeiro de 2005 a dezembro de 2007. Ainda em matéria de vencimentos dos magistrados, o OE acolheu provocação da Presidência para reconhecer a diferença de 11,98%, oriunda da conversão da URV sobre as diferenças da PAE, limitada ao período de setembro de 1994 a janeiro de 1995, viabilizando assim a formulação de pedido de autorização para o pagamento da verba respectiva perante o CNJ, nos termos do Prov. 64/17 da Corregedoria Nacional da Justiça.

Seguindo determinação do CNJ, decorrente de desdobramento da inspeção realizada em março de 2018 no âmbito desta Corte, foram instaurados 26 expedientes de monitoramento, com vistas à observância da diretriz constitucional da duração razoável dos processos. Foram proferidas no período, ainda, 150 decisões, até o mês de novembro de 2019, em representações disciplinares formuladas contra desembargadores.

Relevantes **alterações** foram introduzidas no **Regimento Interno do TJSP**, a exemplo do aprimoramento da sistemática de julgamento virtual, agendamento prévio de sustentações orais, implantação da licença de magistrados para tratamento de pessoa da família e correção de inconsistências na disciplina do julgamento estendido.

Destacam-se, ainda, as duas decisões que promoveram **modificações na lista de antiguidade da Magistratura**. A primeira para dar cumprimento ao decidido pelo Supremo Tribunal Federal nos autos da Ação Originária nº 1.789, referente aos critérios de desempate na carreira. A segunda para determinar a exclusão do cômputo da antiguidade do período de disponibilidade dos magistrados que receberam essa pena.

Por fim, no curso dos trabalhos de elaboração e votação da Reforma de Previdência, a Presidência providenciou a **elaboração de Notas Técnicas**, direcionadas à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal, no sentido de promover a defesa da competência da Justiça Estadual, notadamente em relação a acidentes do trabalho e à competência delegada previdenciária.





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Juízes Assessores da Presidência

Airton Pinheiro de Castro
Ana Claudia Dabus Guimarães e Souza de Miguel
Ana Rita de Figueiredo Nery
Camila de Jesus Mello Gonçalves
Daniela Maria Cilento Morsello
Fabio Coimbra Junqueira
Leandro Galluzzi dos Santos
Marco Fábio Morsello
Maria Rita Rebelo Pinho Dias
Paula Lopes Gomes
Renato Hasegawa Lousano
Ricardo Dal Pizzol
Rodrigo Marzola Colombini
Silvana Malandrino Mollo
Tatiana Magosso

Secretarias

Ariovaldo Tedeschi – SAAB
Rosana Barreira – Sema
Patrícia Maria Landi da Silva Bastos – SGP
Suliane Calefe dos Santos Chiconelli – SJ
Elisa Mitsiko Matsuse – SOF
Tatiana Aparecida Coelho Marchi – SPr
Simone Bento – SPI
Roberio Pinto Souza – STI

Carmen Giadans Corbillon – Deplan
Renato Yoshinobu Kuba – DCI





Produção

Secretaria da Presidência

SPr 3 | Diretoria de Comunicação Social

Impressão

Secretaria de Administração e Abastecimento

SAAB 6 | Diretoria de Suprimentos

TRIBUNAL DE JUSTIÇA



3 DE FEVEREIRO DE 1874